

IDG - INSTITUTO DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Em 31 de dezembro de 2017

**IDG - INSTITUTO DESENVOLVIMENTO E
GESTÃO**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstração do resultado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

h

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

IDG - INSTITUTO DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Em 31 de dezembro de 2017

A

Administração e associados
IDG - Instituto de Desenvolvimento e Gestão
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do IDG - Instituto de Desenvolvimento e Gestão ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do IDG - Instituto de Desenvolvimento e Gestão em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Conteúdo

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nessas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

No âmbito das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da materialidade e dos riscos relacionados.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balances patrimoniais

Demonstração do resultado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A
Administração e associados
IDG - Instituto de Desenvolvimento e Gestão
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **IDG - Instituto de Desenvolvimento e Gestão** (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **IDG - Instituto de Desenvolvimento e Gestão** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de julho de 2018.

IDG INSTITUTO DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

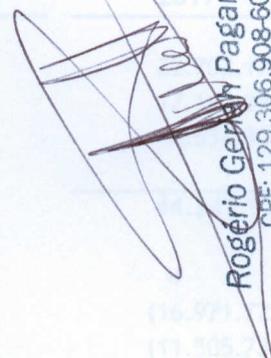
Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	90.591.035	23.161.096	Fornecedores	9	2.017.475	1.678.228
Contas a receber	5	473.476	855.826	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	10	2.324.964	1.639.865
Adiantamentos	6	519.085	75.504	Obrigações Tributárias	11	376.338	440.288
Tributos a compensar	7	47.683	281.799	Projetos a Executar	12	86.996.066	20.665.408
Bloqueio e depósito judicial		135.664	100.791	Total do passivo circulante		91.714.843	24.423.789
Seguros a apropriar		232.678	288.062	Obrigações com o Poder Público a longo prazo	13	2.940.719	2.520.788
Total do ativo circulante		91.999.621	24.763.078	Total do passivo não circulante		2.940.719	2.520.788
Imobilizado	8	2.883.586	2.218.388	Patrimônio líquido	16	339.289	339.289
Intangível	8	57.132	302.400	Patrimônio social		(54.512)	
Total do ativo não circulante		2.940.718	2.520.788	(Deficit)/Superavit do período		284.777	339.289
Total do ativo		94.940.339	27.283.866	Total do patrimônio líquido		94.940.339	27.283.866

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


Rogério Gerardo Paganatto
 CPF: 129.306.908-60
 CRC nº 1SP131.987/0-3

IDG INSTITUTO DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Demonstração de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Receitas com restrições (atividades culturais)			
Recursos governamentais - contrato de gestão	12	22.702.174	39.380.316
Recursos captados	17	17.110.898	12.065.804
Financeiras	12	4.534.907	1.609.020
Gratuidades - Parcerias Institucionais	22	-	993.512
Total das Receitas		44.347.979	54.048.652
Despesas com restrições (atividades culturais)			
Com pessoal	18	(16.971.722)	(23.633.781)
Serviços prestados por terceiros	19	(11.505.733)	(12.930.513)
Energia elétrica e telecomunicações		(4.218.156)	(6.268.068)
Gerais e administrativas	20	(5.470.520)	(3.446.624)
Exposições e eventos	21	(3.067.275)	(4.529.533)
Impostos, taxas e contribuições		(1.541.758)	(1.360.014)
Financeiras		(1.012.384)	(432.489)
Depreciação e Amortização		(560.431)	(454.118)
Gratuidades - Parcerias Institucionais	22	-	(993.512)
Total das Despesas		(44.347.979)	(54.048.652)
Resultado das atividades culturais		-	-
Receitas sem restrições			
Serviços Prestados		370.000	162.400
Captação Projetos Culturais		-	435.297
Outras Receitas		4.392	78.531
Financeiras		12.730	825
Gratuidades - Serviços Voluntários do Conselho	3.12	659.760	717.360
Total das Receitas		1.046.882	1.394.413
Despesas sem restrições			
Serviços prestados por terceiros		(105.089)	(106.146)
Energia Eletrica e telecomunicações		-	(4.797)
Gerais e administrativas		5.801	(165.234)
Impostos, taxas e contribuições		(15.225)	(57.325)
Financeiras		(2.080)	(4.262)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa		(325.041)	-
Gratuidades - Serviços Voluntários do Conselho	3.12	(659.760)	(717.360)
Total das despesas		(1.101.394)	(1.055.124)
Resultado das atividades próprias		(54.512)	339.289
(Déficit)/superávit do exercício		(54.512)	339.289

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

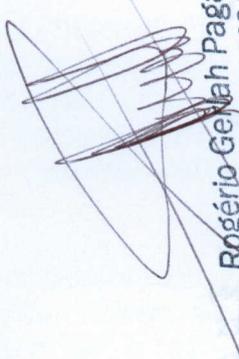
Rogério Gerlan Paganatto
CPF: 129.306.908-60
CRC nº 1SP131.987/0-3

IDG INSTITUTO DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)

	Saldos em 31 de dezembro de 2015	Saldos em 31 de dezembro de 2016	Saldos em 31 de dezembro de 2017
Lucro líquido do exercício	-	339.289	-
Incorporação do resultado Prejuízo do exercício	-	-	(54.512)
	-	339.289	(54.512)
	-	339.289	284.777

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


Rogério Gehnah Paganatto
 CPF: 129.306.908-60
 CRC nº 1SP131.987/0-3

IDG INSTITUTO DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Déficit)/superávit do exercício	(54.512)	339.289
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	560.431	454.118
Aumento/(redução) nos ativos e passivos		
Aumento/(redução) nos ativos em:		
Contas a receber	382.350	1.122.066
Adiantamentos	(443.581)	25.835
Impostos a compensar	234.116	(10.460)
Bloqueio Judicial	(34.873)	(100.791)
Seguros a apropriar	55.384	(19.300)
Outros créditos a longo prazo	-	7.187.887
Aumento/(redução) nos passivos em:		
Fornecedores	339.247	350.881
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	685.099	32.786
Obrigações Tributárias	(63.950)	(7.333)
Projetos a Executar	66.330.658	8.211.416
Projetos a Executar - estorno de depreciação	-	(9.455)
Obrigações com o Estado - Imobilizado e intangível	419.931	(7.229.064)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	68.410.300	10.347.875
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Baixas líquidas de imobilizado e intangíveis	555.509	1.025.743
Aquisição de imobilizado e intangíveis	(1.535.870)	(1.429.229)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	(980.361)	(403.486)
Aumento líquida/(redução) em caixa e equivalentes de caixa	67.429.939	9.944.389
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	23.161.096	13.216.707
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	90.591.035	23.161.096
Aumento líquida/(redução) em caixa e equivalentes de caixa	67.429.939	9.944.389

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


Rogério Gerlan Paganatto
CPF: 129.806.908-60
CRC nº 1SP131.987/0-3

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

1. Contexto operacional e moeda de apresentação

O IDG - Instituto de Desenvolvimento e Gestão (“Instituto”) é uma entidade de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos constituída em abril de 2001 e qualificada como organização social no âmbito da cultura, pelos Governos dos Estados de Pernambuco e Rio de Janeiro. Tem como objetivo principal fomentar o desenvolvimento tecnológico, educacional, cultural, ambiental e econômico da sociedade, conforme nota explicativa nº 12.

Durante o exercício de 2017 ocorreu a descontinuidade dos projetos vinculados as “Bibliotecas” e a inclusão do novo projeto “Fundo da Mata Atlântica”, conforme descrito na nota explicativas 12, item “b)” e “d)”.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à entidades sem fins de lucro, com base nas disposições contidas na ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidades de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 2015/ITG2002(R1), de 2 de setembro de 2015, e em observância aos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

3.1. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de julho de 2018.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico e no valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Já o valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

c. **Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. **Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. **Principais práticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. **Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas**

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão são registrados da seguinte forma:

- (a) **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante, sendo apropriados como receitas quando da efetiva contratação das despesas;
- (b) **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar.

3.2. Instrumentos financeiros

(ii) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Instituto tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

(iii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(iv) Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

(v) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

3.3. Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações do contrato de gestão de projetos de lei incentivados.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez (vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data da contratação), as quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

3.5. Contas a receber.

As contas a receber são basicamente oriundas das atividades de venda de ingressos e eventos e são registradas por seu valor justo. A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas com valores a receber.

3.6. Adiantamento a terceiros

Compreendem valores adiantados a prestadores de serviços por conta de entrega futura de serviços ao Instituto.

3.7. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as taxas apresentadas na nota explicativa 8.

3.8. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

3.9. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.10. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração do Instituto não identificou a necessidade de reconhecer eventuais perdas.

3.11. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

IDG - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

As despesas financeiras abrangem, basicamente, o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, a COFINS, o Imposto sobre Operação de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF), além das tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

3.12. Informações operacionais divulgadas

As divulgações das informações operacionais reportáveis apresentadas conforme nota explicativa nº 12, estão de acordo com a estrutura de gerenciamento e com as informações utilizadas pelos principais tomadores de decisão do Instituto. Dessa forma, todos os itens alocados são referentes a atividades de negócio cultural das quais podem-se obter receitas e incorrer em despesas.

3.13. Gerenciamento de risco financeiro

O Instituto apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de liquidez e Risco de mercado

O Instituto apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos do Instituto, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 23.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Instituto são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Instituto.

3.14. Trabalho voluntário

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) de 09/2015 - Entidade sem Finalidade de Lucro, o Instituto a partir do exercício de 2015 passou a valorizar os trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 2017 o Instituto reconheceu o montante de R\$ 659.760 (R\$ 717.360 em 2016), referente aos trabalhos voluntários dos membros integrantes dos órgãos da administração.

IDG - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
a) Caixa e equivalentes de caixa institucional		
Caixa		
Banco conta movimento		1,00
Aplicações financeiras	564.166	226.900
	<u>564.166</u>	<u>226.901</u>
b) Recursos Vinculados a Projetos		
Caixa	100.919	68.499
Banco conta movimento	4.870.813	991.996
Aplicações financeiras	85.055.137	21.873.700
	<u>90.026.869</u>	<u>22.934.195</u>
	<u>90.591.035</u>	<u>23.161.096</u>

Os recursos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pelo Instituto que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados, conforme mencionado na nota explicativa nº 12. Abaixo demonstramos o quadro de reconciliação dos saldos de Caixa e Projetos a Executar, bem como os demais ativos e passivos

2017	Caixa e equivalente de caixa (i)	Demais ativos	Demais passivos	Saldo final Projetos a Executar (ii)
IDG RECIFE				
Contrato de Gestão Parque	438	9.167	-	9.605
Contrato de Gestão Cais do Sertão	103	-	(103)	-
Contrato de Gestão Paço (a)	2.392.980	112.044	(506.521)	1.998.503
IDG RIO				
Contrato de Gestão Bibliotecas (b)	1.519.864	26.405	(56.870)	1.489.399
Contrato de Gestão Museu do Amanhã (c)	29.726.862	1.026.512	(3.864.839)	26.888.535
Contrato de Gestão Ambiental (d)	56.386.622	270.700	(47.298)	56.610.024
	<u>90.026.869</u>	<u>1.444.828</u>	<u>(4.475.631)</u>	<u>86.996.066</u>

(i) - Conforme informações divulgadas nas notas explicativa n.º 4

(ii) - Conforme informações divulgadas nas notas explicativa n.º 12

IDG - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

2016	Caixa e equivalente de caixa (i)	Demais ativos	Demais passivos	Saldo final Projetos a Executar (ii)
IDG RECIFE				
Contrato de Gestão Parque	438	9.167		9.605
Contrato de Gestão Cais do Sertão	103	314.815	(314.918)	-
Contrato de Gestão Paço (a)	1.789.754	277.968	(362.125)	1.705.597
IDG RIO				
Contrato de Gestão Bibliotecas (b)	2.266.832	41.699	(617.500)	1.691.031
Contrato de Gestão Museu do Amanhã (c)	18.877.068	824.111	(2.442.004)	17.259.175
Contrato de Gestão Ambiental (d)	0	0	0	0
	22.934.195	1.467.760	(3.736.547)	20.665.408

(i) - Conforme informações divulgadas nas notas explicativa n.º 4

(ii) - Conforme informações divulgadas nas notas explicativa n.º 12

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Essas aplicações referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, os quais são remunerados à taxa Certificado de Depósito Interbancário - CDI que varia entre 95% a 99%.

As Receitas Financeiras com restrição foram de R\$ 4.534.907 em 2017 (R\$ 1.609.020 em 2016), e as despesas financeiras com restrição foram e R\$ 1.012.384 em 2017 (R\$ 432.489 em 2016).

5. Contas a receber

	2017	2016
Contas a receber	18.005	-
Convênios a receber (Cais do Sertão)	325.041	325.041
Bilheteria a receber	377.571	445.485
Eventos a receber	50.180	85.300
Outros valores a receber	27.720	-
(-) Perda Est. Cred. Liq. Duvidosa	(325.041)	-
	473.476	855.826

IDG - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

6. Adiantamentos do ativo imobilizado e intangível

	2017	2016
Adiantamento de férias	99.745	45.650
Adiantamento de fornecedores	983	8.022
Adiantamento contrato gestão	21.832	21.832
Adiantamento IDG Rio	396.525	-
Total	519.085	75.504

7. Tributos a recuperar

	2017	2016
INSS a recuperar	30.680	264.807
Tributos federais a recuperar	15.856	15.845
ISS a recuperar	1.147	1.147
Total	47.683	281.799

8. Ativo imobilizado e intangível

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação Amortização acumulada	2017	2016
Instalações	20%	11.308	(4.324)	6.984	8.115
Máquinas e Equipamentos	20%	1.040.375	(153.330)	887.045	559.486
Móveis e Utensílios	10%	932.050	(188.510)	743.540	756.791
Equipamentos e Proc. De Dados	10%	1.568.825	(329.414)	1.239.411	841.648
Equipamentos de Telefonia	20%	-	-	-	7.374
Instrumentos Musicais	20%	25.108	(18.567)	6.541	35.177
Outros imobilizados	10%	65	-	65	9.797
Total		3.577.731	(694.145)	2.883.586	2.218.388
Intangível		70.426	(13.294)	57.132	302.400
Total		3.648.157	(707.439)	2.940.718	2.520.788

IDG - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

Movimentação do ativo imobilizado e intangível

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
IMOBILIZADO				
Movimentação do custo				
Instalações	11.308	-	-	11.308
Máquinas e Equipamentos	635.286	447.817,00	(42.728)	1.040.375
Móveis e Utensílios	871.754	120.477,00	(60.181)	932.050
Equipamentos e Proc. De Dados	1.207.271	945.171,00	(583.617)	1.568.825
Equipamentos de Telefonia	14.056	241,00	(14.297)	0
Instrumentos Musicais	48.723	-	(23.615)	25.108
Outras Imobilizações	9.797	-	(9.732)	65
	2.798.195	1.513.706	(734.170)	3.577.731
Movimentação da Depreciação				
Instalações	(3.193)	-	(1.131)	(4.324)
Máquinas e Equipamentos	(75.800)	16.715	(94.245)	(153.330)
Móveis e Utensílios	(114.963)	11.066	(84.613)	(188.510)
Equipamentos e Proc. De Dados	(365.623)	315.721	(279.512)	(329.414)
Equipamentos de Telefonia	(6.682)	9.523	(2.841)	0
Instrumentos Musicais	(13.546)	-	(5.021)	(18.567)
	(579.807)	353.025	(467.363)	(694.145)
Saldo líquido Imobilizado	2.218.388	1.866.731	(1.201.533)	2.883.586
INTANGÍVEL				
Movimentação do custo				
Intangível	465.962	22.164	(417.700)	70.426
	465.962	22.164	(417.700)	70.426
Movimentação da amortização				
Intangível	(163.562)	243.336	(93.068)	(13.294)
	(163.562)	243.336	(93.068)	(13.294)
Saldo líquido Intangível	302.400	265.500	(510.768)	57.132

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016
IMOBILIZADO				
Movimentação do custo				
Instalações	12.808	-	(1.500)	11.308
Máquinas e Equipamentos	489.289	230.773	(84.776)	635.286
Móveis e Utensílios	1.027.013	69.248	(224.507)	871.754
Equipamentos e Proc. De Dados	871.260	1.029.278	(693.267)	1.207.271
Equipamentos de Telefonia	13.639	417	-	14.056
Instrumentos Musicais	25.108	23.615	-	48.723
Outras Imobilizações	461	31.030	(21.694)	9.797
	2.439.578	1.384.361	(1.025.744)	2.798.195
Movimentação da Depreciação				
Instalações	(2.388)	325	(1.130)	(3.193)
Máquinas e Equipamentos	(30.397)	6.546	(51.949)	(75.800)
Móveis e Utensílios	(25.000)	2.407	(92.370)	(114.963)
Equipamentos e Proc. De Dados	(151.454)	177	(214.346)	(365.623)
Equipamentos de Telefonia	(3.954)	-	(2.728)	(6.682)
Instrumentos Musicais	(8.524)	-	(5.022)	(13.546)
	(221.717)	9.455	(367.545)	(579.807)
Saldo líquido Imobilizado	2.217.861	1.393.816	(1.393.289)	2.218.388
INTANGÍVEL				
Movimentação do custo				
Intangível	421.095	44.867	0	465.962
	421.095	44.867	0	465.962
Movimentação da amortização				
Intangível	(76.991)	0	(86.571)	(163.562)
	(76.991)	0	(86.571)	(163.562)
Saldo líquido Intangível	344.104	44.867	(86.571)	302.400

IDG - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

9. Fornecedores

	2017	2016
Fornecedores serviços	1.243.364	1.039.215
Fornecedores materiais	774.111	639.013
	<u>2.017.475</u>	<u>1.678.228</u>

10. Obrigações trabalhistas

	2017	2016
Salários a Pagar	560.359	5.153
Provisão de Férias e Encargos	1.313.047	1.239.253
Autônomos a Pagar	10.823	0
Outras Obrigações Trabalhistas	31.869	92.142
INSS a Recolher	321.403	222.311
FGTS a Recolher	73.910	70.991
Contr. Sindical a recolher	1.022	265
PIS s/ Salários a Recolher	12.531	9.750
	<u>2.324.964</u>	<u>1.639.865</u>

(a) Contrato de Gestão - Paço do Frevo - CG - 294/2013

11. Obrigações Tributárias

	2017	2016
IRRF a recolher	180.911	173.794
Pis/Cofins/CSLL retido na fonte a recolher	24.727	63.750
Cofins s/ receita financeira a recolher	107.135	75.143
INSS retido na fonte a recolher	55.112	74.472
ISS retido na fonte a recolher	8.453	53.129
	<u>376.338</u>	<u>440.288</u>

12. Projetos vinculados a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos e captados pelo Instituto e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo e imobilizações).

IDG - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

	Movimentações do Período								Saldo em 2017	
	Saldo em 2016	Valores recebidos / repasses		Captação de recursos	Gratuidades Institucionais	Receitas Financeiras	Consumo	Imobilizado líquido		Outras movimentações
		Não Utilizados	Utilizados							
IDG RECIFE										
Contrato de Gestão Parque	9.605	-	-	-	-	-	-	-	9.605	
Contrato de Gestão Paço (a)	1.705.597	314.550	3.985.771	424.803	-	95.256	(4.505.830)	(21.644)	1.998.503	
	1.715.202	314.550	3.985.771	424.803	-	95.256	(4.505.830)	(21.644)	2.008.108	
IDG RIO										
Contrato de Gestão Bibliotecas (b)	1.691.031	(169.009)	169.009	39.805	-	159.964	(368.778)	(33.373)	750	
Contrato de Gestão Museu do Amanhã (c)	17.259.175	8.608.187	17.998.467	16.646.290	-	1.808.063	(36.452.820)	1.021.173	-	
Contrato de Gestão Ambiental (d)	-	56.610.024	548.927	-	-	2.471.624	(3.020.551)	-	-	
	18.950.206	65.049.202	18.716.403	16.686.095	-	4.439.651	(39.842.149)	987.800	750	
Projetos a executar	20.665.408	65.363.752	22.702.174	17.110.898	-	4.534.907	(44.347.979)	966.156	750	

	Movimentações do Período								Saldo em 2016	
	Saldo em 2015	Valores recebidos / repasses		Captação de recursos	Gratuidades Institucionais	Receitas Financeiras	Consumo	Imobilizado líquido		Outras movimentações
		Não Utilizados	Utilizados							
IDG RECIFE										
Contrato de Gestão Paço (a)	1.174.030	612.935	4.373.191	258.388	-	128.954	(4.760.533)	15.977	(97.345)	
Contrato de Gestão Cais	-	(8.954)	8.954	-	-	589	(9.543)	-	8.954	
Contrato de Gestão Parque	110.500	(29.830)	29.830	38	-	7.883	(37.751)	-	(71.065)	
	1.284.530	574.151	4.411.975	258.426	-	137.426	(4.807.827)	15.977	(159.456)	
IDG RIO										
Contrato de Gestão Bibliotecas (b)	-	3.019.454	17.620.546	324.098	993.512	258.492	(19.196.648)	221.995	(1.550.418)	
Contrato de Gestão Museu do Amanhã (c)	11.169.462	6.444.215	17.347.795	11.483.280	-	1.213.102	(30.044.177)	(371.784)	17.282	
	11.169.462	9.463.669	34.968.341	11.807.378	993.512	1.471.594	(49.240.825)	(149.789)	(1.533.136)	
Projetos a executar	12.453.992	10.037.820	39.380.316	12.065.804	993.512	1.609.020	(54.048.652)	(133.812)	(1.692.592)	

(a) Contrato de Gestão - Paço do Frevo - CG - 294/2013

- (i) Em 14 de novembro de 2013, o Instituto firmou Contrato de Gestão de nº 294/2013 com o Município de Recife, pelo período de 02 (dois) anos, podendo ser renovado até o total de 5 anos, depois de demonstrado o cumprimento das metas estabelecidas;
- (ii) Durante o período do contrato, o Instituto recebeu recursos financeiros destinados ao fomento e à operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços na área cultural desenvolvidos no Equipamento Cultura Paço do Frevo;
- (iii) Conforme previsão contratual, as partes firmaram termos aditivos ao contrato prorrogando o período de vigência por 02+02 (dois mais dois) anos ficando, portanto, o término do segundo biênio em 13 de novembro de 2017. E mais recentemente, o terceiro termo aditivo que estende a gestão do IDG por mais um ano, findando em 13 de novembro de 2018;
- (iv) Nos termos do contrato e seus aditivos, para a concretização das ações do Contrato de Gestão a prefeitura se comprometeu em repassar recursos ao Instituto que por sua vez, somou esforços na captação de recursos por meio de outras fontes como recursos incentivados pela Lei Rouanet, Funcultura e Funarte, que ajudaram a custear a operação e a programação do Paço do Frevo;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

(v) O valor de repasse advindo da Prefeitura sofreu sucessivas reduções ao longo dos anos de contrato, impactando fortemente na quantidade de ações oferecidas ao público bem como nas possibilidades de manutenção e melhorias do Equipamento. No entanto, os planos de trabalhos apresentado anualmente foram concluídos e as metas alcançadas com muito esforço e dedicação da Equipe IDG.

(b) Contrato de Gestão - Bibliotecas - CG - 002/2013

Em 30 de dezembro de 2013, o Instituto firmou Contrato de Gestão de nº 002/2013 com o Estado Rio de Janeiro, pelo período de 05 (cinco) anos.

Durante o período do contrato, o Instituto recebeu recursos financeiros destinados ao fomento e à operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços na área cultural desenvolvidos nas Bibliotecas Públicas do Estado do Rio de Janeiro denominadas: Biblioteca Parque Estadual, Bibliotecas Parques de Niterói, de Manguinhos, da Rocinha e do Alemão.

(c) Na execução do objeto do Contrato de Gestão então firmado, o Instituto teve dificuldade de receber do Poder Público, os valores de repasse nos prazos e condições acordados.

No ano de 2014, o valor referente à gestão da Biblioteca Parque do Alemão foi retirado do valor global uma vez que o equipamento não foi efetivamente entregue ao IDG para operacionalização.

No segundo ano de gestão, frente a grave crise financeira que assolou o Estado do Rio de Janeiro, o projeto não recebeu a quantia de repasse total acordada para o ano de 2015, que baseado no contrato firmado inicialmente entre as partes, representaria o valor total de R\$ 8.787.239, provocando uma série de ações para readequar o orçamento, renegociações de contratos com fornecedores e reduções drásticas nas despesas, impactando fortemente na operação, manutenção e programação dos Equipamentos.

No final de 2015, mediante a eminente desmobilização de pessoal e fechamento das unidades, o Estado firmou com as Prefeituras do Rio de Janeiro e Niterói, convênios que garantiram parte dos recursos necessários para manutenção mínima da operação em 2015 e operacionalização do terceiro ano de contrato.

As Bibliotecas operaram no ano de 2016 em caráter reduzido, porém sem deixar de atender ao compromisso assumido com a sociedade e contratante, mantendo sua programação e acervo atualizado, metas e obrigações realizadas de acordo com as expectativas pactuadas.

IDG - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

- (b) Em 29 de dezembro de 2016, diante da negativa de renovação dos convênios e da impossibilidade de manutenção dos compromissos firmados pelo Estado do Rio de Janeiro no que tange ao repasse necessário e pagamentos das contraprestações relacionados ao cumprimento do objeto do contrato, o Instituto e a Secretaria do Estado de Cultura (SEC) firmaram o Termo de Rescisão Amigável do Contrato de Gestão N°002/2013.

Em 2017, o IDG prestou conta dos saldos bancários remanescentes e cumpriu com todas as obrigações contatuais (entrega de relatórios e inventários). Porém, segue de posse do Instituto valores a serem devolvidos ao contratante que, conforme tratativas em curso, serão realizadas mediante a conclusão das análises e pareceres pendentes por parte da SEC, bem como a assinatura do Termo de Quitação que se Outorgam mutuamente o Estado do Rio de Janeiro por Intermediário da Secretaria Estadual da Cultura (SEC), e o Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG), que inclui a aprovação da "prestação de contas", apresentadas pelo IDG e conseqüentemente o encerramento de qualquer direitos e obrigações entre as partes oriundas do contrato inicial.

(c) **Contrato de Gestão - Museu do Amanhã - CG - CDURP 001/2015**

Em 20 de fevereiro de 2015, o Instituto firmou Contrato de Gestão CDURP n° 001/2015 com o Município do Rio de Janeiro, pelo período de dois anos, admitindo-se prorrogações até o limite de cinco anos, segundo conveniência e oportunidade da Administração Pública.

Dessa forma, durante o período do contrato, o Instituto recebeu recursos públicos financeiros destinados ao gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de cultura desenvolvidas no equipamento cultural denominado Museu do Amanhã.

Por força dos Contratos de Gestão, o Instituto está obrigado a cumprir determinadas metas, as quais são quadrimestralmente e anualmente avaliadas pelos órgãos contratantes.

Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto dos Contratos de Gestão, o Instituto também mantém as seguintes fontes de recursos:

- Receitas auferidas pela venda de ingressos nas bilheterias;
- Receitas advindas da locação de seus espaços físicos;
- Doações, legados e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras;
- Rendimentos de aplicações e ativos financeiros;
- Prêmios e Recursos de Editais públicos (Fundos);
- Contratos de Patrocínio.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

15. (d) Fundo da Mata Atlântica

O IDG firmou em 12 de maio de 2017 o Acordo de Cooperação Técnica nº 01/17, com vigência de 5 (cinco) anos, celebrado com a Secretaria de Estado do Ambiente para operação, manutenção e controle do Mecanismo para Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro - Fundo da Mata Atlântica (FMA), instrumento de gestão ambiental para gerir recursos de compensação ambiental, de restauração florestal, além de doações, recursos de Termos de Ajustamento de Conduta e captações de outras fontes, nos termos previstos na Lei Estadual nº 6.572, de 31 de outubro de 2013 com a alteração dada pela Lei Estadual nº 7.061, de 25 de setembro 2015.

Os recursos provenientes dos Contratos de Gestão/Acordo de Cooperação são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

13. Obrigações com poder público a longo prazo

	2017	2016
Imobilizado e Intangível - Paço do Frevo	89.665	111.308
Imobilizado e Intangível - Cais do Sertão	11.337	11.337
Imobilizado e Intangível - Bibliotecas	-	579.600
Imobilizado e Intangível - Museu do amanhã	2.839.717	1.818.543
	<u>2.940.719</u>	<u>2.520.788</u>

14. Provisão para demandas judiciais

O Instituto reconhece a provisão para riscos trabalhistas quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão em desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Em 31 de dezembro de 2017 o Instituto não era parte em nenhuma ação judicial ou administrativa designada como prováveis. Somente como possíveis R\$ 92.606 (R\$ 155.077 em 2016).

IDG - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

15. Partes relacionadas

O Estatuto Social do Instituto possui previsão de não serem remunerados os membros do Conselho. Dessa forma, o Instituto não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos. Os valores estimados correspondentes ao trabalho voluntário dos membros do conselho estão divulgados separadamente entre receita e despesas na Demonstração de Resultado e Nota Explicativa nº 3.14.

16. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido do Instituto é constituído de doações e dos superávits e déficits acumulados desde a sua fundação, apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social e o resultado do período ocorrido. Em 31 de dezembro de 2017 o patrimônio está apresentado pelo montante total de R\$ 284.777 (R\$ 339.289 em 31 de dezembro de 2016), afetado pelo déficit do exercício de (R\$ 54.512) e incorporação do superávit acumulado ao Capital social no montante de R\$ 339.289.

O resultado de cada período é incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº CFC nº 2015, de 2 de setembro de 2015 que aprovou a NBC ITG 2002 (R1), em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do período deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

Até 31 de dezembro de 2015 o Instituto não possuía operações próprias que produzissem feitos no patrimônio social do Instituto.

O Instituto somente poderá ser dissolvida: (i) por deliberação tomada em reunião extraordinária do Conselho de Administração, para esse fim convocado, e na presença de no mínimo 2/3 dos seus membros; ou (ii) por sentença do Poder Judiciário transitada em julgado.

Em caso de extinção ou desqualificação do Instituto como organização social, haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, ao patrimônio de outra organização social qualificada, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio dos Estados, na proporção dos recursos e bens por este alocados através do Contrato de Gestão.

IDG - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

17. Recursos captados

	2017	2016
Doações incondicionais	5.658.935	2.058.205
Venda de ingressos	9.141.972	6.787.177
Locação de espaços	1.656.424	1.124.224
Eventos e restaurantes	373.747	1.897.575
Outras	279.820	198.623
	<u>17.110.898</u>	<u>12.065.804</u>

18. Despesas com pessoal

	2017	2016
Salários	8.655.542	11.864.308
Encargos Sociais	3.217.233	4.819.758
Benefícios	2.589.301	3.313.888
Férias e 13o Salário	2.453.131	3.590.149
Outras com pessoal	56.515	45.678
	<u>16.971.722</u>	<u>23.633.781</u>

19. Serviços prestados por terceiros

	2017	2016
Gestão Financeira, contábil e administrativa	1.874.044	1.056.850
Jurídico	201.962	313.928
Consultoria e Assessoria	955.273	379.448
Manutenção	415.712	500.305
Limpeza	2.304.796	3.608.703
Segurança	2.673.744	4.721.438
Entregas	3.453	10.530
Informática	430.286	530.826
Equipe Mont e Desmontagem	198.965	12.090
Bombeiros	585.290	403.890
Organização Evento	845.204	403.033
Administração/RH e Coordenação	10.072	208.162
Curadoria	285.989	241.900
Palestrante	9.811	800
Remuneração Captação de Recursos	150.000	336.000
Outros Serviços tomados	561.132	202.610
	<u>11.505.733</u>	<u>12.930.513</u>

IDG - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

20. Gerais e administrativas

	2017	2016
Viagens	458.340	324.537
Ocupação	1.848.903	800.690
Despesas Gerais e Administrativas	2.843.133	1.749.826
Marketing/captação de recursos	320.144	571.571
	<u>5.470.520</u>	<u>3.446.624</u>

21. Exposições e eventos

	2017	2016
Exposições temporárias e permanentes	456.486	308.747
Locação de equipamentos	633.077	82.729
Desenvolvimento de material multisetorial	143.353	193.367
Materiais e equipamentos montagem	415.807	153.719
Produção de imagem	173.011	122.774
Auditório	51.702	1.135.915
Atualização da exposição principal	60.000	60.020
Laboratório do amanhã	63.315	106.578
Carrier	54.605	66.328
Tradução	85.321	8.541
Outras com exposições e eventos (<50mil)	930.598	2.290.815
	<u>3.067.275</u>	<u>4.529.533</u>

22. Gratuidades - Parcerias Institucionais

No período de 2017 não foi executado trabalhos em parcerias, em função do fechamento dos projetos com as Bibliotecas do Parques do Estado no final de 2016, conforme divulgado na nota explicativa 12 Item "b)". Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram desenvolvidas por programas de captação e efetivadas ao longo dos anos nas Bibliotecas Parques sob a gestão do IDG. Abaixo segue demonstrado o resultado desses programas no exercício de 2016.

	2017	2016
Biblioteca Parque Estadual	-	993.512
	<u>-</u>	<u>993.512</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

23. Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Instituto não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pelo Instituto, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 2.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017, o Instituto está sujeita aos fatores de:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos do Instituto, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos do Instituto. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, o Instituto centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

24. Avais, fianças e garantias

O Instituto não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2017 e 2016.

25. Cobertura de seguro

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração entende que os valores para cobertura de seguros são suficientes para cobrir eventuais riscos de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

26. Renúncia fiscal

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, em conformidade com o artigo 15 da Lei nº 9.532/1997.

IDG - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

Considera-se sem fins lucrativos o Instituto que não apresente superávit em suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento de seus objetivos sociais, desde que atendidas as demais condições legais.

Assim, o IDG é um Instituto sem fins lucrativos, conforme descrito na nota 1, possuindo isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre eventuais superávits.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacamos o seguinte: (a) Programa de Integração Social - PIS - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos e (b) Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS - pagamento integral das contribuições devidas.

27. Eventos subsequentes

Até a data da elaboração e preparação destas demonstrações contábeis, não foram constatadas e nem é de conhecimento da Administração do Instituto, a deflagração ou existência de nenhum evento subsequente que eventualmente pudesse gerar quaisquer impactos econômicos e financeiros de mudanças significativas nestas demonstrações contábeis.

Carlos Henrique Freitas de Oliveira
CPF 065.693.208-23
Diretor Executivo



Rogério Gerlach Paganatto
CRC 1SP131987/0-3

